

# Sumário

Número de notícias: 9 | Número de veículos: 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Propaganda eleitoral custará R\$ 737 milhões ..... 2

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

CFJ libera quitação de R\$ 20 bi ..... 3

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - OPINIÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

Serviço público e eleições (Artigo) ..... 4

FOLHA ONLINE - SP  
SEGURIDADE SOCIAL

4 em cada 10 segurados do INSS estão na fila do BPC; veja quem tem direito (Previdência)  
..... 5

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Trabalho em plataformas digitais deve ter mecanismos para proteção previdenciária de  
profissionais  
..... 7

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - ECONOMIA  
SERVIDOR PÚBLICO

Economia e democracia - MIRIAM LEITÃO ..... 8

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Governo estima déficit de até R\$ 65 bi em 2023 ..... 10

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Redução de tributos no combustível pode custar mais de R\$ 50 bi em 2022 ..... 11

ZERO HORA - RS - NOTÍCIAS  
ECONOMIA

Prévia da inflação mostra recuo ..... 12

# Propaganda eleitoral custará R\$ 737 milhões

**Paulo Passos são paulo**

O horário eleitoral que começa na próxima sexta-feira (26) deve garantir R\$ 737 milhões em renúncia fiscal às rádios e televisões. A previsão é da **Receita Federal**, que estima o quanto o governo deixará de arrecadar em Imposto de Renda para ressarcir as emissoras obrigadas a exibir o programa eleitoral e as inserções dos candidatos.

O desconto em **tributos** está previsto em lei. Desde 2000, a Receita deixou de cobrar mais de R\$ 10 bilhões devido a essa renúncia fiscal concedida às emissoras.

A isenção do tributo é calculada levando em consideração o que cada emissora prevê que receberia de receita publicitária no tempo em que a propaganda política é veiculada e o faturamento que ela teve no horário nos outros meses.

As empresas apresentam os seus planos comerciais para balizar a isenção. Segundo a Receita, "o cálculo da renúncia é feito utilizando-se a alíquota efetiva do Imposto de Renda Pessoa Jurídica multiplicada pelo valor declarado pelas emissoras".

O modo como o ressarcimento é feito atualmente não agrada as emissoras. A Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão) reivindica uma mudança na legislação para que o espaço cedido seja pago em dinheiro às empresas e não com compensação fiscal.

Todo ano eleitoral, as rádios e TVs precisam ceder inserções comerciais ao longo da programação que totalizam 14 minutos por dia. Soma-se a isso, o horário eleitoral, que aconteceu em dois espaços da grade das rádios (das 7h às 7h10 e das 12h às 12h10) e das TVs (das 13h às 13h10 e das 20h30 às 20h40).

Flávio Lara Resende, presidente da Abert, argumenta que a compensação fiscal está muito abaixo do valor comercializável pelo horário cedido da grade de programação.

"Caso a emissora não tenha lucro contábil, em situação de prejuízo fiscal, ela não terá qualquer ressarcimento, restando-lhe apenas o confisco do tempo de programação", afirma Lara Resende.

Neste ano, a propaganda eleitoral vai ser exibida de 26 de agosto a 29 de setembro, para o primeiro turno

do pleito, e de 7ª 28 de outubro, para o segundo turno.

A queixa das emissoras aumentou nos últimos anos após a aprovação de leis que permitiram o impulsionamento de conteúdo político em plataformas como Facebook, Instagram, Google e YouTube.

Candidatos e partidos podem pagar por exposição nessas mídias, o que não é permitido na rádio, na televisão e em sites noticiosos.

"É evidente a assimetria de regras entre o setor de comunicação social e as novas mídias digitais", afirma Lara Resende, que também reclama do efeito que o horário eleitoral carrega na audiência das emissoras.

Em 2018, medição do Ibope da primeira semana da propaganda eleitoral apontou queda na audiência das emissoras de televisão no país.

Na semana anterior ao início do programa obrigatório, em agosto de 2018, a média no mercado nacional do primeiro horário, às rjh, foi de 32,7 pontos. Na primeira semana com a propaganda, ficou em 24,2 pontos, uma queda de 26%. Cada ponto equivale a 693,7 mil espectadores em todo o Brasil.

No horário noturno, das 20h30, a queda em 2018 foi menor em valores percentuais. A semana anterior à estreia dos anúncios políticos registrou audiência de 50,9 pontos, somadas as cinco emissoras. Quando o horário eleitoral começou naquele ano, foi 39,6, uma queda de 22%.

Naquela eleição, a Receita estimou uma renúncia fiscal de R\$ 1 bilhão para as emissoras em razão da exibição do horário eleitoral, que ocorreu de agosto a novembro de 2018.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

14

## CFJ libera quitação de R\$ 20 bi

São Paulo - O Conselho da Justiça Federal (CJF) liberou R\$ 20 bilhões para o pagamento de precatórios alimentares de 2022, o que inclui valores devidos a aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e a servidores federais que venceram ações contra o governo.

Precatórios são dívidas judiciais acima de 60 salários mínimos. Neste ano, o total liberado é menor do que previsto, uma vez que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios estabeleceu limites para as despesas com ações judiciais.

A previsão inicial era que o governo destinasse R\$ 32,4 bilhões para esses atrasados, valor 25% menor do solicitado pelo Judiciário para 2022, de R\$ 42,8 bilhões. No entanto, a verba liberada é ainda menor, de R\$ 25 bilhões, incluindo ações alimentares e demais precatórios federais. Ao todo, o dinheiro será liberado para 196.019 beneficiários de um total 115.392 processos.

Os valores começarão a ser depositados pelos tribunais regionais federais (TRFs) a partir do dia 31 de agosto. A maioria dos tribunais, porém, deve fazer os pagamentos apenas em setembro. Recebe neste lote quem venceu ação contra o **INSS** e teve a ordem de pagamento do juiz emitida entre os dias 2 de julho de 2020 e 1º de julho de 2021.

Dos R\$ 20 bilhões para precatórios alimentares, R\$ 11,2 bilhões são para 104.599 segurados do **INSS** que venceram 72.213 processos de benefícios previdenciários, assistenciais ou por incapacidade.

No (Tribunal Regional da 3ª Região (TRF-3), que atende São Paulo e Mato Grosso do Sul, o pagamento dos precatórios deste ano está previsto para o início de setembro. Serão pagos mais de R\$ 4,7 bilhões a cerca de 43,8 mil beneficiários.

No Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), responsável por Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o saque dos valores estará disponível a partir da próxima quarta-feira (31). Serão disponibilizados R\$ 3,4 bilhões, dos quais R\$ 2,8 bilhões referem-se a processos previdenciários.

"Este valor corresponde a 48,31% do total que seria necessário para a quitação integral dos débitos de 2022, tendo em vista a limitação orçamentária instituída pela Emenda Constitucional 114", informa, em nota, o tribunal.

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-5), que atende parte dos estados do Nordeste, informa que os valores deverão estar disponíveis a partir do dia 12 de setembro. O tribunal não detalhou o total que será pago nem o número de beneficiários.

Ordem - Após a publicação da Emenda C constitucional 114, o pagamento dos precatórios deve obedecer à seguinte ordem: 1- Primeiro, os precatórios alimentícios com limite de até três vezes o teto das requisições de pequeno valor (RPVs) para beneficiários a partir de 60 anos de idade ou com deficiência ou doença grave, o que dá R\$ 218.160 neste ano; 2- Depois, serão pagos os demais precatórios de natureza alimentícia, também limitados a até três vezes o valor da RPV de 2022, o que dá 180 salários mínimos 3 -.Em terceiro lugar vêm as demais dívidas alimentícias e, na sequência, os outros precatórios O depósito do dinheiro é feito na Caixa Econômica Federal ou no Banco do Brasil em conta aberta no nome do beneficiário ou de seu advogado.

Para saber se irá receber neste lote e o valor que será pago, o cidadão deve fazer a consulta no site do TRF de sua região.

Há casos em que é preciso solicitar ao juiz do caso o alvará de levantamento para ações que correram nos Tribunais de Justiça dos estados.

O pagamento dos precatórios federais estava previsto para a primeira quinzena de agosto, mas foi suspenso pela Justiça Federal após a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) acionar o órgão para pedir que o pagamento de honorários dos advogados não fosse adiado.

A categoria temia não receber o dinheiro, já que a consulta em sites dos TRFs mostrava que advogados não prioritários não estariam na lista de pagamento da PEC. A suspensão ocorreu em 22 de julho. No dia 2 de agosto, em sessão do CJF, os magistrados decidiram que os honorários devem ser pagos na mesma data do precatório do autor da ação. (Cristiane Gercina/Folhapress)

# Serviço público e eleições (Artigo)

**Paulo César Regis de Souza**

Este ano teremos eleições no Brasil. O povo vai eleger um presidente da República e um vice-presidente, 513 deputados federais e 27 senadores (1/3 do Senado). Essas excelências vão comandar o país por quatro anos. Na área de **Seguridade Social** e do Trabalho, através do ministério recriado, terá um Brasil, do RGPS/**INSS**, com 60 milhões de contribuintes, pagando 33 milhões de beneficiários, atendendo a mais de quatro milhões de empresas, recolhendo e repassando os **tributos** do sistema "S" Hoje mais de 40% das prefeituras do país sobrevivem com o dinheiro da previdência e dos aposentados. Mas temos o Brasil da Assistência Social, cuja porta de entrada é o **INSS**, onde nasceu a Renda Mensal Vitalícia e a Assistência aos Idosos e aos Incapacitados, com recursos dos trabalhadores urbanos, através do **INSS**.

Seguramente, temos: uma defasagem de 15 mil servidores na Previdência. Apesar das solicitações de ex-ministros da Previdência e de ex-presidentes do **INSS** e de três notificações do TCU, nos deram agora um concurso público para apenas mil servidores.

As instalações do **INSS**, pelo país, estão sucateadas. Tentamos colocar agências nas cidades com mais de 20 mil habitantes, mas não tivemos investimentos necessários, os equipamentos ficam obsoletos, muito embora a Previdência, com a Dataprev, tenha sido a primeira instituição pública a implantar a informatização e a digitalização dos benefícios, na concessão e na manutenção.

A Previdência só está de pé graças a seus dirigentes todos da casa, ministro, presidente, superintendentes, gerentes, demais cargos de chefia, mas principalmente por seus abnegados servidores com a remuneração achatada, um plano de saúde que já foi melhor, hoje caríssimo para os aviltados salários do servidor.

Senadores e deputados terão que assumir o compromisso de olhar para **Seguridade Social** e para a Previdência, em particular, na próxima legislatura, com os olhos voltados para o futuro. Terão que ver o equilíbrio do seu financiamento, considerando a tendência de crescimento da população que vai se aposentar.

Senadores e deputados terão que admitir que o dinheiro da Previdência não é do governo, é do

trabalhador/ contribuinte, deverão acabar com os ralos de sonegadores, "pilantropias", Refis do Refis, perdão de dívidas, desonerações etc.

Terão que se libertar do princípio de que Previdência é instrumento de política fiscal, tese dos que tiram dos pobres para favorecer os ricos, especialmente o mercado financeiro. É o efeito perverso do Robin Hood!

Senadores e deputados deverão se empenhar em repor o que foi "roubado" da Previdência, dinheiro utilizado em construções como Brasília, Transamazônica, Itaipu, entre outras. A dívida histórica foi paga!

Perdemos os auditores fiscais e procuradores, além dos médicos peritos. O **INSS** é a única autarquia do planeta que não administra sua receita e sua despesa. Tudo fica no Ministério da Economia. Nossos velhinhos necessitam de proteção; nossa Previdência está ferida de morte; mas somos brasileiros e não desistimos nunca.

**Site:** <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/10485/25-08-2022.html>

# 4 em cada 10 segurados do INSS estão na fila do BPC; veja quem tem direito (Previdência)

**Cristiane Gercina**

De cada 10 cidadãos que esperam pela concessão do benefício na fila do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) 4 deles aguardam pelo BPC (Benefício de Prestação Continuada), que paga um salário mínimo (R\$ 1.212) a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda.

Segundo dados fornecidos pelo instituto à Folha, no mês de julho, 1,5 milhão de pedidos estavam em análise no órgão, à espera de uma resposta. Do total, 628,6 mil eram solicitações para ter o BPC, o que representa 43%. A espera pode chegar a quase um ano, dependendo do tipo do benefício pedido.

Acordos têm sido fechados pelo **INSS** na tentativa de conseguir dar fluxo aos pedidos. No entanto, a pandemia, as greves administrativas e dos peritos e as aposentadorias de servidores fizeram a fila disparar em 2022. Somente na espera por perícia médica há cerca de um milhão de cidadãos.

O último acordo foi fechado no dia 16 de agosto com a DPU (Defensoria Pública da União), mas não houve, até agora, nenhuma medida prática que pudesse agilizar a liberação de benefícios, especialmente para os cidadãos em situação de vulnerabilidade social.

O objetivo é atender justamente os cidadãos que esperam pelo BPC, permitindo que unidades da defensoria realizem atendimento administrativo a esse público. Na prática, no entanto, a iniciativa ainda não funciona. Não há nenhuma unidade da defensoria disponível para atender os cidadãos.

"Acredito que firmaram o acordo e, agora, vão criar a estrutura. É preciso sair uma portaria com as regras", diz Adriane Bramante, presidente do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário).

O IBDP recebeu, nesta semana, dados do **INSS** que mostram descumprimento de um outro acordo, desta vez envolvendo o STF (Supremo Tribunal Federal). Em novembro de 2020, o instituto comprometeu-se a analisar, em até 90 dias, benefícios como a aposentadoria. Esse, no entanto, é o dobro do prazo

legal de 45 dias e não vem sendo cumprido.

Segundo Adriane, não há condições de o **INSS** cumprir o que foi combinado. "Não tem servidor nem estrutura. O **INSS** tem adotado medidas alternativas, como a portaria publicada em julho, que trata da análise e do deferimento automático do benefício, com a robotização de benefícios."

A robotização, no entanto, prejudica os segurados, especialmente quando é usada para negar um pedido. "Não é um serviço ruim quando a documentação do segurado está toda em ordem. Mas, se tem alguma irregularidade, ele [robô] não avisa o segurado para a regularização, indefere de forma sumária, sem direito de apresentar defesa", afirma a especialista.

Os trabalhadores inscritos no CadÚnico (Cadastro Único) que fazem parte de família de baixa renda. Para isso, a renda per capita (por pessoa) deve ser de até um quarto do salário mínimo, o que dá R\$ 303 neste ano. Não é necessário ter contribuído com a Previdência, ou seja, não há exigência de tempo mínimo.

O benefício é pago a:

A deficiência pode ser física, mental, intelectual ou sensorial, dificultando o dia a dia do cidadão.

Pelo aplicativo ou site Meu **INSS** ou por telefone, na Central 135, de segunda a sábado, das 7h às 22h. É preciso solicitar o "Benefício Assistencial ao Idoso" ou o "Benefício Assistencial à Pessoa com Deficiência".

O cidadão precisa enviar os documentos para a análise ou, ao agendar atendimento em uma agência da Previdência, levar toda a documentação que comprove o direito. É necessário estar inscrito no CadÚnico.

Para quem pede o benefício ao deficiente, será agendada uma perícia. É a perícia médica que tem atrasado a análise nestes casos, diz a advogada Adriane Bramante.

Caso o BPC seja indeferido, o segurado pode entrar

com recurso nos canais de atendimento do **INSS** em até 30 dias após saber da decisão.

O pedido é negado quando:

**Site: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/08/4-em-cada-10-segurados-do-inss-estao-na-fila-do-bpc-veja-quem-tem-direito.shtml>**

# Trabalho em plataformas digitais deve ter mecanismos para proteção previdenciária de profissionais

Apesar de ser uma valiosa fonte de renda para os profissionais e uma grande comodidade para os consumidores, o trabalho em plataformas digitais é um assunto polêmico. Qual é o status legal dos profissionais? Empregados ou autônomos? Como protegê-los?

Autores respeitáveis veem sinais de vínculo empregatício pelo fato de os profissionais serem subordinados aos algoritmos das plataformas.

Essa classificação é problemática. O trabalho em plataformas é irregular e descontínuo. Muitos trabalham poucas horas, outros trabalham longas jornadas. A maioria trabalha para várias plataformas. Quem responde pelo seu emprego? Como calcular e recolher encargos sociais em situações tão diversas?

Essas e outras características levam muitos analistas a buscar as proteções para esses profissionais nas leis previdenciárias. Aliás, a Lei n.º 13.640/2018 exige a filiação dos motoristas de aplicativos ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), como contribuintes individuais, reconhecendo o status de profissionais autônomos.

A **Previdência Social** brasileira é bastante desenvolvida. Cobre aposentadorias, vários riscos (doença, acidente, invalidez, morte), salário-maternidade e família e auxílios (acidente e reclusão), em um total de 25 tipos de benefícios que propiciam renda quando o segurado não tem condições de trabalhar. Os contribuintes individuais têm direito a todos, exceto o auxílio-acidente, o que já é oferecido por algumas plataformas na forma de seguro-acidente.

No Brasil, a filiação ao **INSS** é obrigatória para quem tem renda do trabalho. É uma proteção coletiva com base na solidariedade entre todos os trabalhadores. Para ter direito, é claro, o profissional deve pagar contribuição sobre toda a sua remuneração, com piso e teto. Essa regra se aplica aos contribuintes individuais.

Um recolhimento a menor dos ganhos reduz o valor do benefício. Para evitar essa tendência, há que se criar: 1) um mecanismo digital que reúna as remunerações

recebidas das plataformas; 2) uma regra que limite as plataformas a operar apenas com profissionais adimplentes; e 3) uma campanha permanente para bem informar os profissionais sobre os seus deveres - filiação e contribuição - e seus direitos - rendas asseguradas em situações de risco. Assim, a **Previdência Social** protegerá os trabalhadores de plataformas digitais com segurança.

**Site:** <https://www.terra.com.br/economia/trabalho-em-plataformas-digitais-deve-ter-mecanismos-para-protecao-previdenciaria-de-profissionais,645dd225d9dc4491a0bc575cdb99c514tzn0yjxk.html>

# Economia e democracia - MIRIAM LEITÃO

**MIRIAM LEITÃO**

Democracia ou economia? Eis um falso dilema. "Há muitas vezes a percepção no mercado financeiro de que o que importa é a economia. Deixa a democracia de lado. É um enorme equívoco. Quando a democracia está afetada, a economia piora também. Como a gente viu em vários episódios da nossa história." É o que diz o economista Persio Arida. Ele e cinco especialistas fizeram um conjunto de sugestões de políticas para o próximo governo, "democrático e progressista", como definem no documento. As propostas não foram repassadas à campanha de Bolsonaro.

- Partindo do princípio de que o valor fundamental que devemos ter é a democracia, governos que nos parecem ameaçar esse princípio, como é o caso do presidente Bolsonaro, a ele não nos interessa dar conselhos. E não sei se a ele interessaria ouvir conselhos, tampouco - disse Persio em entrevista que me concedeu ontem na Globonews.

A proposta parte de uma regra fiscal temporária que abrigue um aumento de despesas de um ponto percentual do **PIB**, R\$ 100 bilhões. Essa licença para gastar teria direção, 60% dela, para reforçar a rede de proteção social dos brasileiros mais pobres, os outros 40%, para ciência e tecnologia.

O waiver, como tem sido dito no mercado financeiro, já começou a ser defendido em várias campanhas e até no governo Bolsonaro. Mas os valores têm sido muito maiores, até porque a atual administração armou bombas fiscais que estourarão no ano que vem. A ideia do "grupo dos seis" foi formulada antes da PEC eleitoral. Eles defendem uma regra fiscal permanente, mas com essa licença para elevação temporária de gastos, até se firmar o novo parâmetro. Como a preocupação central é a democracia, os autores acham que é fundamental garantir a sustentação política do próximo governo.

- Um novo governo terá que enfrentar uma situação internacional ruim e aqui dentro uma oposição aguerrida. Bolsonaro pode perder a eleição, imagino que deva perder, mas o bolsonarismo continua. A polarização não vai se dissipar no período de vigência do novo governo. Haverá dificuldade de negociação com o Congresso, porque não se pode tolerar o orçamento secreto. Nesse contexto, o novo governo precisará de programas sociais para chamar de seu - explica Persio.

Ele hoje preside o Centro de Debate de Políticas Públicas, e as contribuições foram resultado do trabalho de um ano com os economistas Bernard Appy, Marcelo Medeiros, Francisco Gaetani, o advogado Carlos Ari Sunfeld e o cientista político Sergio Fausto. São ideias, não um programa de governo. Eles não sugerem uma "política industrial", da forma como sempre foi feita, com empréstimos subsidiados do BNDES a empresas, mas defendem investimentos numa forte agenda ambiental que qualifique o Brasil para a governança mundial de meio ambiente. Uma das ideias é a criação de uma secretaria extraordinária de emergência climática.

Sugerem política de estímulo ao emprego, que reduza os encargos trabalhistas para menores salários de tal forma a incentivar a contratação de mão de obra menos qualificada. O documento incorpora a ideia da **reforma tributária**, como sempre foi defendida por Bernard Appy, um dos autores, e defende a reforma do Estado como parte essencial do aumento de produtividade.

Na entrevista, Persio enfatizou que não será fácil administrar o país, pela herança das "bombas de efeito retardado", e porque a melhora fiscal é só aparente.

- Tudo o que o governo alardeou em contas públicas é baseado no binômio **inflação** alta e congelamento de salários de **servidores públicos**. A **inflação** aumenta a arrecadação, as despesas ficam constantes e parece que o estado fiscal é bom. Isso é um erro de raciocínio. O Brasil já fez esse truque várias vezes - disse Persio.

Quando era bem jovem, Persio participou da formulação das ideias que levaram ao Plano Real. Diz que permanece esperançoso com o país.

- O Brasil é difícil, complexo, mas com um bom presidente, um bom time, o apoio da população, o país pode se transformar em algo absolutamente extraordinário. Eu fico indignado de ver a pobreza na rua e me pergunto como é possível que tenhamos chegado a esse ponto. É uma indignação cívica - diz Persio.

Em tempos de empresários defendendo golpe e ditadura, em conversas de Whatsapp, é um alento ver essa vinculação entre economia e democracia. Só na democracia a economia poderá atender às urgências do país.



**Site:**

**<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>**

# Governo estima déficit de até R\$ 65 bi em 2023

Brasília - O projeto de lei orçamentária para 2023, que será enviado ao Congresso até o final deste mês, prevê um déficit primário entre R\$ 60 e R\$ 65 bilhões para o governo central, disseram duas fontes do Ministério da Economia à Reuters, com o governo voltando ao vermelho após o superávit primário esperado para este ano, o primeiro desde 2013.

As fontes, que falaram sob condição de anonimato já que a proposta ainda não é pública, sinalizaram que o número efetivo pode ser bem pior, porque o impacto do Auxílio Brasil ampliado de R\$ 400 para R\$ 600 não foi incorporado às contas, apesar do entendimento geral de que será colocado em prática.

O benefício reforçado do Auxílio Brasil tem validade até dezembro pela regra vigente, mas o presidente Jair Bolsonaro, que busca a reeleição em outubro, e seu rival e favorito nas pesquisas, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, já prometeram estender o valor para o próximo ano.

A medida teria um custo adicional de aproximadamente R\$ 50 bilhões, o que exigiria uma nova exceção à regra constitucional do teto de gastos, disseram as fontes.

Em julho, o Congresso aprovou o reforço de 50% no valor do benefício até o fim do ano, contornando o teto sob o argumento de que a guerra na Ucrânia gerou efeitos inflacionários extraordinários.

Segundo as fontes, uma nova emenda à Constituição deverá ser apresentada após as eleições de outubro para tratar do assunto. Por enquanto, o projeto de lei orçamentária vai prever apenas os pagamentos de R\$ 400 no programa, conforme indicado anteriormente pelo secretário especial do Tesouro e Orçamento, Esteves Colnago.

Servidores - A proposta destinará mais de R\$ 10 bilhões para reajustar salários de **servidores públicos**, segundo as fontes, mas não especificará como isso será feito, poupando Bolsonaro do desgaste às vésperas das eleições. A lei de diretrizes orçamentárias, já aprovada e que traçou as bases para o Orçamento de 2023, previa uma verba de R\$ 11,7 bilhões para essa finalidade.

As fontes também apontaram que o projeto de lei

orçamentária de 2023 manterá as reduções de **impostos** sobre combustíveis que venceriam este ano, em linha com as declarações públicas de Bolsonaro na semana passada de que os **impostos** federais permaneceriam zerados para gasolina, diesel, etanol e gás de cozinha.

(Reuters)

# Redução de tributos no combustível pode custar mais de R\$ 50 bi em 2022

**EDUARDO RODRIGUES BRASÍLIA**

Enquanto as medidas tomadas para forçar a redução nos preços dos combustíveis e nas contas de luz provocam deflações e tendem a render dividendos eleitorais para o presidente Jair Bolsonaro (PL), a fatura das desonerações deve ficar em mais de R\$ 50 bilhões para o Tesouro Nacional. O volume de recursos é semelhante à diferença do custo de manter o Auxílio Brasil em R\$ 600 em 2023, em vez de retomar R\$ 400.

Além de abrir mão de mais de R\$ 33 bilhões em receitas de PIS/Cofins em diesel, biodiesel, gás, gasolina e etanol neste ano, o Ministério da Economia pode ter de cobrir outro rombo, de mais de R\$ 20 bilhões, com a perda de ICMS dos Estados com combustíveis e energia.

O governo tentou jogar parte da conta da redução nas bombas para os governadores, mas sete Estados já conseguiram no Supremo Tribunal Federal (STF) liminares que obrigam a União a ressarcir mês a mês a perda de arrecadação no tributo estadual. As medidas cautelares já beneficiam São Paulo, Minas Gerais, Alagoas, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão e Acre. Com essa jurisprudência, a Economia já começa a ver como perdidas outras ações semelhantes no Supremo.

A redução do ICMS sobre combustíveis, energia e comunicações - com a fixação de um teto entre 17% e 18% - foi aprovada pelo Congresso por meio da Lei Complementar 194, em vigor desde 23 de junho. Pela lei, o governo federal é obrigado a compensar os Estados quando a perda de receita com o tributo passar de 5% na comparação com a receita de 2021.

Essa compensação vem por meio de descontos nas parcelas das dívidas estaduais com o Tesouro.

O Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz) estima que as perdas até o fim do ano cheguem a R\$ 48 bilhões. Como nem todos os Estados têm dívidas com a União, parte dos valores deverá ser paga via Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) - os royalties da mineração - em 2023.

CÁLCULOS.

Fontes do ministério alertam que as compensações podem passar dos R\$ 20 bilhões neste ano, em um cenário em que todos os Estados consigam liminares que obriguem a compensação mensal pelo Tesouro.

São Paulo foi um dos primeiros a obter a liminar, no fim do mês passado. Os cálculos do governo paulista mostram que a perda de ICMS com a nova lei chegou a R\$ 963,1 milhões em julho, na comparação com o mesmo mês do ano passado. Considerando o que excede 5% de perda, a estimativa é de R\$ 5,127 bilhões a compensar até o fim do ano.

"A compensação determinada pela decisão liminar do ministro Alexandre de Moraes é justa e segue o espírito da Lei Complementar 194", diz o secretário da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, Felipe Salto. Já a equipe econômica defende que a compensação seja feita com base nas receitas de todo o ano e, por isso, o eventual acerto de contas deveria ocorrer só em 2023.

Impacto em SP

R\$ 963,1 mi é a estimativa do governo paulista para a perda de ICMS em julho em consequência da nova lei

R\$ 854,5 mi é o valor a ser compensado, conforme a lei

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

## Prévia da inflação mostra recuo

Considerado a prévia da **inflação** oficial do país, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) teve queda de 0,73% em agosto, o que representou o menor resultado do indicador na série histórica iniciada em novembro de 1991. Os dados foram divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com isso, a taxa acumulada em 12 meses passou de 11,39%, em julho, para 9,60%, em agosto.

A queda de preços observada na prévia de agosto foi puxada principalmente pelos transportes, que registraram deflação de 5,24%. O comportamento deste grupo de despesas foi influenciado pelo recuo dos preços dos combustíveis (-15,33%). Entre os combustíveis, foram observadas quedas de 16,80% na gasolina, de 10,78% no etanol, de 5,40% no gás veicular e de 0,56% no óleo diesel. Outros grupos de despesa com deflação foram habitação (-0,37%), com destaque para o recuo nos preços da energia elétrica residencial (-3,29%); e comunicação (-0,30%).

Por outro lado, os alimentos apresentaram a maior alta de preços do IPCA-15 no período, de 1,12%, taxa semelhante à observada no mês anterior, quando ficou em 1,16%. Esse avanço se deve principalmente a produtos como o leite longa vida (aumento de 14,21%), frutas (2,99%), queijo (4,18%) e frango em pedaços (3,08%). Também tiveram alta os grupos de despesa saúde e cuidados pessoais (0,81%), despesas pessoais (0,81%), vestuário (0,76%), educação (0,61%) e artigos de residência (0,08%).

**Site:** <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>